



RELATÓRIO DE GESTÃO

**INSTITUTO MUNICIPAL DE
PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES DE SÃO
FRANCISCO DO GUAPORÉ -
RO**

**SÃO FRANCISCO DO
GUAPORÉ
2020**

JAIME ROBEINA FUENTES
Prefeito Interino Municipal
ROSILENI CORRENTE PACHECO
Superintendente

MARCIO EUTIMIO SCHUMACKER
Diretor Financeiro
ERLIN R. B. XIMENES
Controle Interno
MARCOS PACHECO PEREIRA CORRENTE
Contabilidade
Dr^a CRISTIANE XAVIER
Jurídico

CONSELHO DELIBERATIVO

Erivaldo Pedro da Silva – Presidente
Valdelice Natal da Silva Melo – Vice Presidente
Marcio Rodrigues – Secretário
Gilson Carlos Borchardt – Membro
Sara Rodrigues Coelho – Membro
Angela Kuttert Gasdzichi E. Hoios – Membro
Etienne Lima da Costa – Membro
Marcio Roberto Santana – Membro
Elisete dos Santos Miranda - Membro
Eliezio Jesus R. De Oliveira – Membro
Beatriz Aparecido dos Santos – Membro
Gilson Paulino da Silva – Membro

CONSELHO FISCAL

Maria Rosa Verediano - Presidente Flávia Quintão de
Faria – Secretaria Ivete da Silva Gomes – Membro
Vera Lucia Bertola – Membro
Girleine Batista de Souza – Membro

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Marcos Pacheco Pereira Corrente - Presidente
Gessiane de Souza Costa - Membro

Andréia Fernanda Feba - Membro

1. O INSTITUTO

O Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de São Francisco do Guaporé – IMPES é entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, integrante da Administração Municipal Indireta, que detém autonomia financeira e administrativa, com vistas à administração do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, instituído pela Lei Complementar Municipal nº 041, de 28 de Abril de 2015 e alterações.

É organizado com base em normas que garantam gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial, e está submetido à orientação, supervisão, controle e fiscalização da Secretaria de do Ministério da Previdência Social - MPS.

Seus recursos – que são constituídos pela contribuição do ente público, dos segurados ativos e parcelamentos, pelos rendimentos das aplicações e pela compensação previdenciária. Os recursos só podem ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários, é totalmente vedada a sua utilização para qualquer outro fim, inclusive para custear ações de assistência social e saúde, com exceção do valor destinado à Taxa de Administração, utilizada para manutenção das atividades do Instituto.

Os recursos do IMPES estão aplicados no mercado financeiro e de capitais brasileiro, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

O cumprimento dessas determinações legais é imprescindível para que o IMPES continue garantindo aos seus segurados o pagamento dos benefícios previdenciários. Além de atender às questões administrativas e legais, o IMPES desenvolve um trabalho sistemático de formação previdenciária com os segurados ativos e de valorização e integração do segurado inativo.

1.2 DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

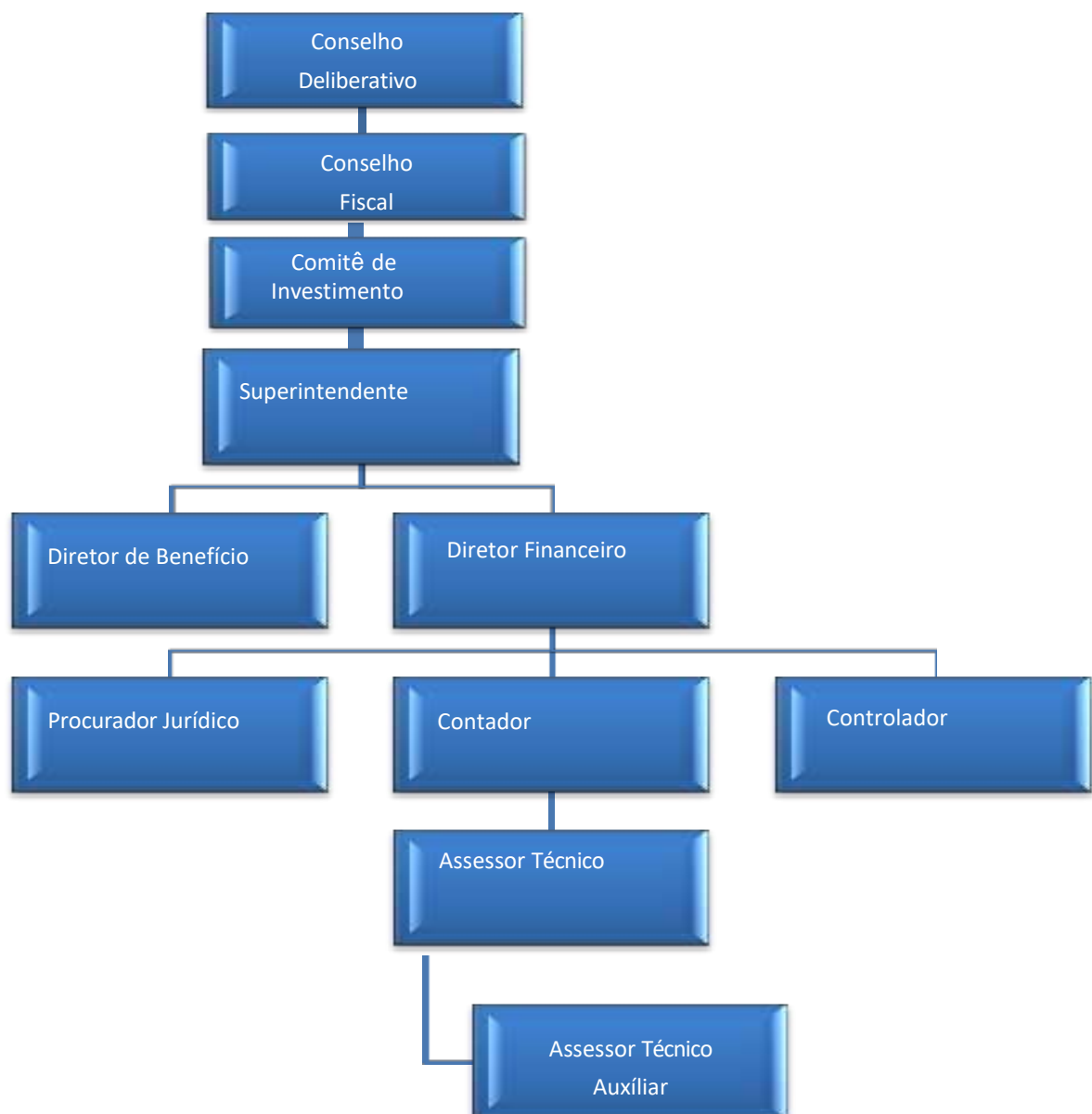
A Diretoria Executiva do IMPES é representada por uma Superintendente, eleita pela câmara municipal, a partir de uma lista tríplice, indicada nomeada pelo Prefeito Municipal, dentre os segurados ativos ou inativos do Instituto, com formação em nível superior, com a devida qualificação em exame de capacitação com certificação profissional ANBIMA CPA-10.

O quadro de servidores desta autarquia, foi criado através da Lei Complementar nº 041, de 28 de abril de 2015 e conta com os cargos de: Superintendente, Diretor Financeiro, Diretor de Benefícios, Assessor Técnico, Assessor Técnico Auxiliar, Controlador, Contador e Procurador Jurídico, todos cargos em comissão os quais compõem os Setores Técnicos do Instituto. A Lei Complementar n.º 67/2019, criou o cargo de: Controlador interno, Contador e técnico em finanças, todos de provimento efetivo o qual aguarda realização de concurso, que se encontra com edital suspenso devido as restrições sanitárias imposta pelo COVID-19.

Além da organização administrativa, o IMPES contempla os Conselhos Deliberativo e Fiscal e o Comitê de Investimentos.

2. ORGANOGRAMA

No organograma abaixo é possível visualizar a organização administrativa do IMPES:



2.1 DO CONSELHO DELIBERATIVO

É de competência do Conselho Deliberativo do IMPES, especificamente:

- ✓ Elaborar seu regimento interno;
- ✓ Eleger o seu Presidente;
- ✓ Decidir sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida pelo Superintendente ou pelo Conselho Fiscal:
- ✓ Julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho Fiscal e dos atos do Superintendente não sujeito a revisão daquele;
- ✓ Apreciar sugestões e encaminhar medidas tendentes a introduzir modificações na Lei Complementar Municipal Nº 041/2015, bem como resolver os casos omissos.

Acompanhar as diretrizes gerais da política de gestão do Instituto; Fiscalizar os planos de aplicações financeiras dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, bem como de seu patrimônio; Fiscalizar o orçamento e as contas do IMPES e despesas extraordinárias, propostas pela Superintendência e fiscalizar os atos de gerenciamento da Superintendência.

O Conselho Deliberativo possui mandato de 02 (dois) anos, permitida recondução e é composto por 12 (doze) membros, dentre os quais: 02 (dois) representantes do Executivo, 02 (dois) representantes do Legislativo e 08 (oito) representantes dos Segurados, sendo 02 (dois) suplentes.

2.2 DO CONSELHO FISCAL

São funções do Conselho Fiscal do RPPS acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira do IMPES, julgar os recursos interpostos por segurados e dependentes dos despachos atinentes de processos de benefícios, examinar os balancetes mensais e as contas anuais.

Composto por 05 (cinco) membros, sendo, 03 (três) Titulares e 02 (dois) Suplentes, eleitos dentre os Servidores Municipais garantidas à participação dos servidores inativos para mandato de 02 (dois) anos.

2.3 DO COMITE DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos visa dar suporte técnico e assessorar no processo decisório quanto à formulação e à execução da política de investimentos dos recursos garantidores das reservas técnicas do plano de benefícios do RPPS.

Ainda, é de sua competência: analisar a conjuntura, cenários e perspectivas de mercado e seu reflexo no patrimônio do Instituto; traçar estratégias de composição de ativos e de alocação com base nos cenários; avaliar as opções de investimento e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos das carteiras do IMPES avaliar riscos potenciais; analisar os resultados da carteira de investimentos e fornecer subsídios para a elaboração ou alteração na Política de Investimentos.

O Comitê de Investimentos do IMPES é composto por 03 (três) membros, dos quais, 02 (dois) membros possuem certificação profissional através da prova da ANBIMA – CPA 10.

2.4 DOS SEGURADOS

Em 31 de Dezembro de 2020, o IMPES contava com:

420 (quatrocentos e vinte) segurados ativos;

52 (trinta e dois) segurados inativos usufruindo dos benefícios de aposentadorias;

07(sete) pensionistas;

03(três) cedidos;

Proporcionalidade segurado ativo x inativo é de 7,16%

DADOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Aposentados	42	42	42	42	42	43	44	44	48	48	52	52	52
Pensionistas	05	05	05	05	05	05	05	07	07	07	07	07	07

Os dados acima demonstram a totalidade de aposentados e pensionistas até Dezembro de 2020.

2.5 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento do Instituto Municipal de Previdência foi aprovado através da Lei Municipal de nº 1711/2019, estimando a Receita no valor de R\$: 5.268.260,26 (Cinco milhões duzentos e sessenta e oito mil duzentos e sessenta reais e dezesseis centavos) e Fixando a Despesa para o exercício de 2020 no mesmo valor.

De acordo com o anexo 02 (balanço) – Resumo Geral das Despesas e Anexo - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, à despesa realizada atingiu o montante de R\$: 1.567.539,85 (Um milhão quinhentos e sessenta e sete mil quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos), apresentando em relação á orçada um Superávit Orçamentário de R\$: 3.121.043,88 (Três milhões cento e vinte um mil quarenta e três reais e oitenta e oito centavos).

2.6 DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS ADICIONAIS

Conforme movimentação Orçamentária do Exercício, os Créditos autorizados foram os seguintes:

DOTAÇÃO INICIAL	R\$	5.268.260,16
(+) CRÉDITOS SUPLEMENTARES	R\$	146.000,00
(+) CRÉDITOS ESPECIAIS	R\$	396.536,50
(+) CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	R\$	0,00
(-) ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$	164.212,93
(=) DESPESA AUTORIZADA	R\$	5.646.583,73
(-) DESPESA EMPENHADA	R\$	1.567.539,85
(=) SALDO DE DOTAÇÃO	R\$	4.079.043,88

A movimentação acima está devidamente demonstrada no Quadro Demosntrativo das Alterações Orçamentária – TC 18, desta Prestação de Contas e autorizados através de Decretos.

Os Créditos Adicionais abertos no exercício de 2020 atingiram o montante de R\$: 542.536,50 (quinhentos e quarenta e dois mil quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).

2.7 DOS RECURSOS

As receitas e despesas médias do Instituto, nos (três) últimos exercícios, foram:

RECEITAS	2018	2019	2020
Contribuição Patronal	1.632.658,81	1.632.658,81	2.111.647,36
Contribuição Segurados	1.176.765,24	1.176.765,24	1.394.472,98
Parcelamentos Previdenciários	300.827,51	300.827,51	204.398,92
Outras Receitas	0,00	0,00	900,30
Rentabilidade Mercado Financeiro	2.147.394,16	2.147.394,16	1.290.806,21
<u>Liquida</u>			
Total	5.257.645,72	5.257.645,72	5.002.225,77

DESPEASAS	2018	2019	2020
Aposentadorias	620.495,40	620.495,40	844.505,08
Pensão por Morte	99.947,30	99.947,30	119.637,37
Auxílio Doença e Salário Maternidade	396.240,97	396.240,97	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	33.080,04	33.080,04	4.516,49
Gestão do IMPES	00,00	00,00	374.903,22
Total	1.149.763,71	1.149.763,71	1.343.562,16
SUPERAVIT	4.107.882,01	4.107.882,01	3.658.662,55

O RPPS encerrou o exercício de 2020 com o resultado financeiro de R\$ 38.711.685,30 (Trinta e oito milhões setecentos e onze mil seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos).

Na tabela abaixo é possível visualizar o demonstrativo dos gastos e sobras da taxa de administração do Instituto, nos últimos três anos:

Receitas Administrativas	2018	2019	2020
Valor da Taxa de Administração	R\$ 278.114,18	R\$ 353.879,44	353.791,37
Aporte Financeiro	R\$ 180.000,00	R\$ 180.000,00	180.000,00
Despesas Administrativas	R\$ 302.275,17	R\$ 269.037,51	374.903,22
Saldo	R\$ 155.839,01	R\$ 264.841,93	158.888,15

3.0 RESUMO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

3.1 INTRODUÇÃO

O **Impes - Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de São Francisco do Guaporé** deverá observar, o dimensionamento dos compromissos do plano de benefícios e no estabelecimento do plano de custeio, instituídos conforme Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os parâmetros técnicos atuariais previstos nas legislações vigentes, para assegurar a transparência, solvência, liquidez e a observância do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no art. 40 da Constituição Federal, no art. 69 da Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de 2000, e no art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998.

Os parâmetros utilizados nesta Avaliação Atuarial incluem os regimes financeiros aplicáveis por tipo de benefício, as hipóteses, premissas, metodologias e critérios atuariais, os requisitos para definição da qualidade da base cadastral, a apuração dos custos e do resultado atuarial e a definição e revisão dos planos de custeio e de equacionamento de déficit atuarial.

O ente federativo deverá garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, sendo responsável, nos termos da Lei nº 9.717, de 1998, pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

3.2 REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Relacionamos nos itens no plano de Benefício Definido, bem como a modalidade em que estão estruturados e o Regime e o Método Atuarial em que estão avaliados.

3.3. DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS

a. Regime Financeiro de Capitalização:

Para a aposentadoria especial, aposentadoria por idade e aposentadoria por

tempo de contribuição e compulsória e pensão por morte de aposentado.

b. Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura:

Para a aposentadoria por invalidez e pensão por morte de segurados em atividade.

3.4. DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS

Para apuração do custo normal dos benefícios avaliados em regime financeiro de capitalização, o financiamento gradual do custo dos benefícios futuros utilizado durante toda a vida laboral do segurado ativo, foi o Crédito Unitário Projetado (PUC).

O PUC pressupõe a acumulação do valor presente do benefício projetado em parcelas anuais iguais, no período decorrido entre a data de admissão do segurado no ente e a data provável da concessão de cada benefício.

Para esse fim, entende-se como benefício projetado aquele calculado considerando-se a projeção, até a data esperada de concessão do benefício ao segurado, de todas as variáveis que entram no cálculo desse benefício. Neste caso, temos;

Custo Normal: equivalente ao valor atual da parcela do benefício projetado a ser acumulada no próximo exercício;

Passivo Atuarial: equivalente ao valor atual das parcelas do benefício projetado a ser acumulada entre a data de admissão no Ente e a data da avaliação.

Com o crédito Unitário Projetado é esperado que haja uma estabilidade do custo do plano em caso de manutenção do perfil da massa analisada, devendo o custo ser crescente quando adotado para população fechada.

3.5. RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO

Benefício	Responsabilidade do RPPS (Sim/Não)	Regime Financeiro	Método Utilizado
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Compulsória e Idade	Sim	Capitalização	PUC
Aposentadoria por Invalidez	Sim	RCC	-
Pensão por Morte de Ativo	Sim	RCC	-

Pensão por Morte de Aposentado Válido	Sim	Capitalização	PUC
Pensão por Morte de Aposentado Inválido	Sim	RCC	-
Auxílio Doença	Não	Não se aplica	-
Salário Maternidade	Não	Não se aplica	-
Auxílio Reclusão	Não	Não se aplica	-
Salário Família	Não	Não se aplica	-

4. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

Em consonância com os Arts. 15 a 19 da Portaria MPS nº 464, de 19 de novembro de 2018 e com a Instrução Normativa 09 de 21 de novembro de 2018, a presente Avaliação Atuarial deverá eleger conjuntamente as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas às características da massa de segurados e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos nesta Portaria.

4.1. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

a. A base cadastral não contém todas as informações para a estimativa da compensação financeira. Logo, aplicamos o inciso II do Art. 10 da IN 09/2018, conforme descrito a seguir:

Art. 10 (...)

II - caso a base cadastral não contenha todas as informações suficientes para aplicação do inciso I, poderá ser utilizado o valor percentual de 10% (dez por cento) aplicado sobre o Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) relativo aos benefícios passíveis de compensação.

§ 1º O percentual de que trata o inciso II do caput se aplica para a avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2019, sendo

que nas avaliações seguintes, esse será reduzido à razão de 1% ao ano até o limite de 5%.

Sendo assim, foi utilizado o valor percentual de **8,00% (oito por cento)** dos valores a receber em virtude da compensação financeira e de **0,50% (zero virgula cinquenta por cento)** para a estimativa de compensação a pagar sobre os benefícios a conceder.

5. ANÁLISE DA BASE DE DADOS

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefício, para o **exercício de 2021**, foi por nós realizada com base em dados dos Participantes Ativos, inativos, respectivos dependentes e Pensionistas referentes à **31/12/2020**.

Tais informações nos foram repassadas pelo Regime aos representantes desta empresa, sendo sua veracidade de exclusiva responsabilidade do Instituto. Não obstante, aplicamos testes visando a simples detecção de casos incomuns, os quais indicaram serem suficientes para a realização dos estudos atuariais.

5.1. DADOS FORNECIDOS E SUA DESCRIÇÃO

A base cadastral de **dezembro de 2020** apresentou **424** segurados ativos, **47** inativos e **8** pensionistas, contra **416** segurados ativos, **42** inativos e **6** pensionistas em **dezembro de 2019**.

Verificamos que a base apresentou **uma alteração** na massa de segurados, pois tivemos uma variação de **3,2%** no quadro total de servidores. Sendo que esta variação é considerada normal.

5.2. SERVIDORES AFASTADOS OU CEDIDOS

Conforme base cadastral apresentada pelo RPPS, segue a seguinte informação descrita a seguir:

- a.** Afastados: **01**
- b.** Cedidos: **05**

5.3. PREMISSAS ADOTADAS PARA AJUSTE TÉCNICO DA BASE CADASTRAL

Base	Testede Consistência	Inconsistênci a	Hipóteses Adotadas
Ativos	Sexo	0	Não se aplica.
	Datade Nascimento	0	Não se aplica.
	Data de Admissão	0	Não se aplica.
	Tipo de Atividade	0	Não se aplica.
	Salário Base de Contribuição	3	Salário Mínimo de R\$ 1.045,00
Aposentados	Sexo	0	Não se aplica.
	Datade Nascimento	0	Não se aplica.
	Data do Início do Benefício	0	Não se aplica.
	Tipo de Benefício	0	Não se aplica.
	Valor do Benefício	0	Não se aplica.
Pensionistas	Sexo	0	Não se aplica.
	Datade Nascimento	0	Não se aplica.
	Data do Início do Benefício	0	Não se aplica.
	Valor do Benefício	0	Não se aplica.

Fonte: Base cadastral de 31 de dezembro de 2020.

5.4. RECOMENDAÇÕES PARA A BASE CADASTRAL

Consideramos que a base de dados foi suficiente para apuração dos resultados.

6. RESULTADO ATUARIAL

Os resultados iniciais da avaliação atuarial devem registrar como se apresenta a atual situação financeira e atuarial do plano de benefícios.

6.1. BALANÇO ATUARIAL

Cabe ressaltar que, todos os percentuais evidenciados no plano de custeio a seguir têm como finalidade trazer o equilíbrio financeiro e atuarial do regime. A não aplicação dos percentuais demonstrados poderá prejudicar o funcionamento do plano.

Descrição	Alíquota normal Vigente em Lei	Alíquota normal de Equilíbrio
Alíquota Normal (patronal + servidor) (A)	28,00%	28,00%

Desconto das alíquotas dos benefícios calculados por RS, RCC e taxa de adm. (B)	8,63%	9,13%
Alíquota Normal por regime de capitalização para apuração dos resultados atuariais (C = A – B)	19,37%	18,87%

Como foi apresentado, verificou-se que o plano de custeio apurando nesta Avaliação Atuarial **é suficiente para honrar os compromissos estabelecidos pelo RPPS.**

Descrição	Valores
ATIVOS GARANTIDORES DOS COMPROMISSOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	R\$ 38.711.674,87
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	R\$ 38.711.674,87
Aplicações em Segmento de RV e Investimentos Estruturados	R\$ 0,00
Aplicações em Segmento de Investimentos no Exterior - RPPS	R\$ 0,00
Aplicações em Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento - RPPS	R\$ 0,00
Demais Bens, direitos e ativos	R\$ 0,00

EXERCÍCIO	2020	2021
PROVISÃO MATEMÁTICA - TOTAL	R\$ 42.051.782,58	R\$ 56.858.046,01
Provisão Matemática de Benefícios Concedidos - PMBC	R\$ 8.677.440,49	R\$ 10.573.040,48
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Concedidos	R\$ 9.330.581,17	R\$ 10.573.040,48
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras – Concedidos (Ente)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras – Concedidos (Servidores)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC	R\$ 33.374.342,10	R\$ 46.285.005,53
Valor Atual dos Benefícios Futuros - a Conceder	R\$ 63.811.868,03	R\$ 91.253.010,34
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Ente)	R\$ 11.986.474,69	R\$ 20.754.463,76
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras - a Conceder (Servidores)	R\$ 13.984.220,48	R\$ 24.213.541,05
AJUSTE DA PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E A CONCEDER REFERENTE À COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	R\$ 5.119.971,44	R\$ 7.689.819,01
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	R\$ 653.140,68	R\$ 845.843,24
Valor Atual da Compensação Previdenciária a Pagar - Benefícios a Conceder	R\$ 0,00	-R\$ 456.265,05
(-) Valor Atual da Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	R\$ 4.466.830,76	R\$ 7.300.240,83
RESULTADO ATUARIAL	-R\$ 7.160.291,90	-R\$ 10.456.552,13
Superávit	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva para Ajuste do Plano	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit Equacionado:	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial estabelecido em lei	-R\$ 7.160.291,90	-R\$ 10.456.552,13
Valor Atual da Cobertura da Insuficiência Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit Atuarial a Equacionar	R\$ 0,00	R\$ 0,00



7. CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO

Para observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, a avaliação atuarial deve indicar o plano de custeio necessário para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.

O custeio do plano de benefícios do RPPS dar-se-á por meio de contribuições a cargo do ente federativo e dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, além dos repasses financeiros, e de outras receitas destinadas ao RPPS, observadas as normas gerais de organização e funcionamento do regime.

Cabe ressaltar que as contribuições, na forma de alíquotas ou aportes, e repasses financeiros a cargo do ente federativo deverão abranger todos os poderes, órgãos e entidades que possuembeneficiários do RPPS.

O plano de custeio proposto nesta avaliação atuarial teve como base os seguintes parâmetros, conforme descrito a seguir:

- a) Cobrir os custos de todos os benefícios do RPPS e contemplar, os recursos para o financiamento do custo administrativo;
- b) Ser objeto de demonstração em que se evidencie que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal;
- c) Constituir o plano de amortização do déficit atuarial no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes mensais cujos valores sejam preestabelecidos.

7.1. VALORES DAS REMUNERAÇÕES E PROVENTOS ATUAIS

Categorias	Valor Mensal – Estatística da População Coberta	Valores Anuais
Total das Remunerações de Contribuição dos Servidores Ativos	R\$ 947.566,26	R\$ 12.318.361,38
Total das Parcelas dos Proventos de Aposentadoria que superam o Limite Máximo do RGPS.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Parcelas das Pensões Por Morte que superam o Limite Máximo do RGPS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 947.566,26	R\$ 12.318.361,38

7.2. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL VIGENTES EM LEI

Categorias	Valor Anual da Base de Contribuição	Alíquot a Vigente (%)	Valor da contribuição esperada com alíquotas vigentes
Ente Federativo	12.318.361,38	12,00%	R\$ 1.478.203,37
Taxa de Administração	17.643.910,82	2,00%	R\$ 352.878,22
Aporte Anual de Custeio das DespAdm	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Ente Federativo - Total	29.962.272,20	14,00%	R\$ 1.831.081,58
Segurados Ativos	12.318.361,38	14,00%	R\$ 1.724.570,59
Aposentados	R\$ 0,00	14,00%	R\$ 0,00
Pensionistas	R\$ 0,00	14,00%	R\$ 0,00
Total			R\$ 3.555.652,18

7.3. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR BENEFÍCIO, E CUSTEIO ADMINISTRATIVO.

Categorias	Regime Financeiro	Custo Anual Previsto	Alíquota Normal Calculada
Após. por Temp. Cont, Idade e Comp.	PUC	R\$ 2.246.585,83	18,24%
Aposentadoria por Invalidez	RCC	R\$ 277.522,71	2,25%
Pensão por Morte de Segurado Ativo	PUC	R\$ 571.493,53	4,64%
Pensão por Morte de Após. Válido	RCC	R\$ 77.700,64	0,63%
Pensão por Morte de Após. Inválido	RCC	R\$ 29.471,25	0,24%
Custeio-Administrativo	-	R\$ 352.878,22	2,00%
Alíquota Total	-	R\$ 3.555.652,18	28,00%

7.4. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL, CALCULADAS POR REGIME FINANCEIRO, E CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Categorias	Custo Anual Previsto	Alíquota Normal Calculada
Capitalização	R\$ 2.324.286,47	18,87%
Repartição de Capitais de Coberturas	R\$ 878.487,49	7,13%
Custeio Administrativo	R\$ 352.878,22	2,00%
Alíquota Total	R\$ 3.555.652,18	28,00%

7.5. CUSTOS E ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL A CONSTAREM EM LEI

Categorias	Valor Anual da Base de Contribuição	Alíquota Definida na Avaliação Atuarial (%)	Valor da contribuição esperada com alíquotas vigentes
Ente Federativo	12.318.361,38	12,00%	R\$ 1.478.203,37
Taxa de Administração	17.643.910,82	2,00%	R\$ 352.878,22
Aporte Anual de Custeio das DespAdm	R\$ 0,00		R\$ 0,00
Ente Federativo - Total	29.962.272,20	14,00%	R\$ 1.831.081,58
Segurados Ativos	12.318.361,38	14,00%	R\$ 1.724.570,59
Aposentados	R\$ 0,00	14,00%	R\$ 0,00
Pensionistas	R\$ 0,00	14,00%	R\$ 0,00
Total			R\$ 3.555.652,18

8. EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Além da Contribuição Normal, o Ente deverá arcar como déficit atuarial demonstrado nessa Avaliação Atuarial no montante de **R\$ 10.456.552,13**.

8.1. PRINCIPAIS CAUSAS DO DÉFICIT ATUARIAL

No que tange as principais causas da variação no déficit atuarial em relação à última Avaliação, devem-se aos principais fatos:

- a) Redução da taxa de juros de **5,87%** a.a. para **5,43%** a.a.
- b) A Reserva Matemática de Benefícios Concedidos apresentou um aumento de **13,3%** consequência da concessão de novas aposentadorias e pensões.
- c) A Reserva Matemática de Benefícios a Conceder apresentou um aumento de **22,3%** consequência do aumento da média da base de cálculo dos segurados ativos de **29,4%** e, relação ao período anterior.

8.2. CENÁRIOS COM AS POSSIBILIDADES DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Conforme o exposto a seguir, estaremos apresentando 3 modelos de amortização do déficituarial, conforme descrito a seguir:

a) **Por Alíquotas:** Conforme o exposto a seguir, sugerimos a amortização através de alíquotas postecipadas, com uma taxa de juros real de **5,43%** ao ano mais **IPCA**, pelo período de **34 anos**, sobre o total da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

n	Ano	Percentual FS	Folha Salarial	Saldo Inicial	% a.a.	Pagamento	Saldo Final
1	2021	2021	2,00%	12.564.728,61	10.456.552,13	567.790,78	251.294,57
2	2022	2022	4,00%	12.816.023,18	10.773.048,33	584.976,52	512.640,93
3	2023	2023	4,36%	13.072.343,64	10.845.383,93	588.904,35	569.688,23
4	2024	2024	4,36%	13.333.790,52	10.864.600,05	589.947,78	581.082,00
5	2025	2025	4,36%	13.600.466,33	10.873.465,83	590.429,19	592.703,64
6	2026	2026	4,36%	13.872.475,65	10.871.191,39	590.305,69	604.557,71
7	2027	2027	4,36%	14.149.925,17	10.856.939,37	589.531,81	616.648,86
8	2028	2028	4,36%	14.432.923,67	10.829.822,32	588.059,35	628.981,84
9	2029	2029	4,36%	14.721.582,14	10.788.899,83	585.837,26	641.561,48
10	2030	2030	4,36%	15.016.013,79	10.733.175,61	582.811,44	654.392,71
11	2031	2031	4,36%	15.316.334,06	10.661.594,34	578.924,57	667.480,56
12	2032	2032	4,36%	15.622.660,74	10.573.038,35	574.115,98	680.830,17
13	2033	2033	4,36%	15.935.113,96	10.466.324,16	568.321,40	694.446,78
14	2034	2034	4,36%	16.253.816,24	10.340.198,78	561.472,79	708.335,71
15	2035	2035	4,36%	16.578.892,56	10.193.335,86	553.498,14	722.502,43
16	2036	2036	4,36%	16.910.470,41	10.024.331,57	544.321,20	736.952,47
17	2037	2037	4,36%	17.248.679,82	9.831.700,30	533.861,33	751.691,52
18	2038	2038	4,36%	17.593.653,42	9.613.870,11	522.033,15	766.725,35
19	2039	2039	4,36%	17.945.526,49	9.369.177,90	508.746,36	782.059,86
20	2040	2040	4,36%	18.304.437,02	9.095.864,40	493.905,44	797.701,06
21	2041	2041	4,36%	18.670.525,76	8.792.068,77	477.409,33	813.655,08
22	2042	2042	4,36%	19.043.936,27	8.455.823,03	459.151,19	829.928,18
23	2043	2043	4,36%	19.424.815,00	8.085.046,03	439.018,00	846.526,75
24	2044	2044	4,36%	19.813.311,30	7.677.537,29	416.890,27	863.457,28
25	2045	2045	4,36%	20.209.577,52	7.230.970,28	392.641,69	880.726,43
26	2046	2046	4,36%	20.613.769,07	6.742.885,54	366.138,68	898.340,95
27	2047	2047	4,36%	21.026.044,45	6.210.683,27	337.240,10	916.307,77
28	2048	2048	4,36%	21.446.565,34	5.631.615,60	305.796,73	934.633,93
29	2049	2049	4,36%	21.875.496,65	5.002.778,40	271.650,87	953.326,61
30	2050	2050	4,36%	22.313.006,58	4.321.102,66	234.635,87	972.393,14

31	2051	2051	4,36%	22.759.266,71	3.583.345,39	194.575,65	991.841,00
32	2052	2052	4,36%	23.214.452,05	2.786.080,04	151.284,15	1.011.677,82
33	2053	2053	4,36%	23.678.741,09	1.925.686,37	104.564,77	1.031.911,38
34	2054	2054	4,36%	24.152.315,91	998.339,76	54.209,85	1.052.549,61
28	2048	2048	4,36%	21.446.565,34	5.631.615,60	305.796,73	934.633,93
29	2049	2049	4,36%	21.875.496,65	5.002.778,40	271.650,87	953.326,61
30	2050	2050	4,36%	22.313.006,58	4.321.102,66	234.635,87	972.393,14
31	2051	2051	4,36%	22.759.266,71	3.583.345,39	194.575,65	991.841,00
32	2052	2052	4,36%	23.214.452,05	2.786.080,04	151.284,15	1.011.677,82

b) **Por Alíquotas Suplementares Fixas:** A cobertura do déficit técnico total pode ser feita mediante contribuições suplementares, num montante **mensal** não inferior a **0,45%, equivalente a R\$ 55.346,27**, sobre a folha total dos servidores ativos, durante um prazo de 34 anos (2021 – 2054).

c) **Por Alíquotas Suplementares Fixas:** A cobertura do déficit técnico total pode ser feita mediante contribuições suplementares, num montante **anual** não inferior a **5,52%, e equivalente a R\$ 680.526,65** sobre a folha total dos servidores ativos, durante um prazo de 34 anos (2020 – 2054).

9. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Para cobertura das despesas com a administração, o ente federativo deve seguir os critérios descritos no artigo 15 da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008 e Portaria SEPRT/ME nº 19.451, de 18 de agosto de 2020. Conforme descrito a seguir:

Art. 15º (...)

II - limitação dos gastos com as despesas custeadas pela Taxa de Administração, aos seguintes percentuais anuais máximos, conforme definido na lei do ente federativo, aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de **todos os servidores ativos vinculados ao RPPS**, apurado no exercício

financeiro anterior, ressalvado o disposto no § 12: a) de até 2,0% (dois inteiros por cento) para os RPPS dos Estados e Distrito Federal, classificados no grupo Porte Especial do Indicador de Situação Previdenciária dos RPPS - ISP-RPPS, de que trata o inciso V do art. 30 desta Portaria; b) de até 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Grande Porte do ISP-RPPS; c) de até 3,0% (três inteiros por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Médio Porte do ISP-RPPS; d) de até 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) para os RPPS dos Municípios classificados no grupo Pequeno Porte do ISP-RPPS; III - manutenção dos recursos relativos à Taxa de Administração, obrigatoriamente, por meio da Reserva Administrativa de que trata o § 3º do art. 51 da Portaria MF nº 464, de 2018, que:

Desta forma, é conveniente que a previsão atuarial com gastos administrativos seja cumprida, sob pena de gerar problemas futuros de insuficiências de receitas ou excesso de receitas para a administração do Plano.

9.1. LEVANTAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DOS ÚLTIMOS 03 ANOS

Conforme art. 11 da Instrução Normativa nº 08 de 21 de dezembro de 2018, o custeio administrativo deverá ser descrito no Relatório da Avaliação Atuarial, contendo no mínimo os últimos 03 anos. Sendo assim, estaremos apresentando a seguir:

Ano	Base de Cálculo da taxa de Administração	Taxa de Administração Prevista em lei	Limite de Gastos com Despesas Administrativas
2021	R\$ 17.643.910,82	2,00%	R\$ 352.878,22

2020	R\$ 17.689.568,54	2,00%	R\$ 353.791,37
2019	R\$ 16.005.561,76	2,00%	R\$ 320.111,24

9.2. LEVANTAMENTO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

A estimativa de despesas administrativas para o próximo exercício é:

Ano	Valor Total das Remunerações dos Segurados Ativos	Valor Total dos Proventos de Aposentadorias	Valor Total das Pensões por Morte	Valor Previsto das Despesas de Administração
2021	R\$ 17.643.910,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 352.878,22

9.3. RECOMENDAÇÕES DE MANUTENÇÃO OU ALTERAÇÃO

Recomendamos a atualização da Lei Municipal para que seja cumprido o que esta sendo disposto no 15º da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008 e Portaria SEPRT/ME nº 19.451, de 18 de agosto de 2020.

10. ANÁLISE DO COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

Como pode ser observado no quadro a seguir, em consonância com a Portaria nº 464, de 19 de novembro de 2018, apresentamos a comparação das 3 últimas avaliações atuariais do Regime Próprio, que demonstra uma variação dos resultados apurados nesta avaliação em relação às anteriores.

Como podemos observar na tabela a seguir, tivemos uma movimentação na estatística da base cadastral. Tendo em vista o aumento no número dos aposentados e pensionistas, entretanto o número de servidores ativos apresentou uma queda em relação ao total do exercício de 2019, porém foi superior em relação ao exercício de 2020. A média da base de cálculo dos servidores ativos apresentou um forte crescimento para 2021.

Quando analisamos as oscilações do resultado atuarial, percebemos que a redução da taxa de juros e o aumento da alíquota dos servidores ativos e inativos contribuíram para essa movimentação de descida e subida nos dois últimos anos.

Descrição	2021	2020	2019
BASE NORMATIVA			
PLANO DE CUSTEIO VIGENTE			
Contribuição Normal - Ente Federativo	14,00%	13,16%	13,16%
BASE CADASTRAL			
ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO COBERTA	479	464	483
Quantidade de Segurados Ativos	424	416	442
Quantidade de Aposentados	47	42	36
Quantidade de Pensionistas	8	6	5
Média da Base de Cálculo dos Segurados Ativos	2.234,83	1.726,61	1.734,84
Média da Base de Cálculo dos Aposentados	1.424,88	1.408,16	1.455,22
Média da Base de Cálculo dos Pensionistas	1.338,38	1.488,29	1.524,65
Idade Média dos Segurados Ativos	44	44	44
Idade Média dos Aposentados	65	64	63
Idade Média dos Pensionistas	73	68	65
Idade Média Projetada para Aposentadoria	60	58	58
BASE TÉCNICA			
REGIMES E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO			
Método de Financiamento Adotado	PUC	PUC	PUC
RESULTADOS			
VALORES DOS COMPROMISSOS			
<i>Ativos Garantidores dos Compromissos do Plano de Benefícios</i>	38.711.674,87	34.891.490,68	28.479.931,54
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	10.573.040,48	9.330.581,17	8.468.813,43
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	0,00	0,00	0,00
<i>Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos</i>	10.573.040,48	9.330.581,17	8.468.813,43
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	91.253.010,34	63.811.868,03	58.755.465,95
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	44.968.004,81	25.970.695,17	17.836.712,76
<i>Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder</i>	46.285.005,53	37.841.172,86	40.918.753,19
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	7.689.819,01	5.119.971,44	6.722.427,94
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	0,00	0,00	0,00
Resultado Atuarial	10.456.552,13	7.160.291,90	14.185.207,14
CUSTO NORMAL			
CUSTO ANUAL PREVISTO (% SOBRE BASE DE CONTRIBUIÇÃO)			
Benefícios em Regime de Capitalização (%)	18,87%	19,37%	15,79%
Benefícios em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura (%)	7,13%	6,63%	3,53%
Benefícios em Regime de Repartição de Simples (%)	0,00%	0,00%	2,84%
ALÍQUOTAS DE CUSTEIO NORMAL DEFINIDAS			
Ente Federativo - Contribuição Normal	12,00%	12,00%	11,16%
Taxa de Administração	2,00%	2,00%	2,00%

11. AVALIAÇÃO E IMPACTOS DO PERFIL ATUARIAL DO RPPS

Verificamos que nesta avaliação atuarial não encontramos perspectivas de alteração futura no perfil e na composição da massa de segurados ativos, visto que, tivemos uma variação de **3,2%** no exercício de **2020**. Sendo que esta variação é considerada normal.

12. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA TAXAS DE JUROS

Nas hipóteses de que trata este item, deverá ser apresentada, a análise de sensibilidade do resultado atuarial à variação das taxas de juros, incluindo a sua demonstração à taxa de juros de 0% (zero por cento). Conforme demonstrado a seguir:

Taxa de Juros	0,00 %	5,43 %	6,00 %
Ativo Real Líquido do Plano	R\$ 38.711.674,87	R\$ 38.711.674,87	R\$ 38.711.674,87
Provisões Matemáticas	R\$ 314.290.363,69	R\$ 56.858.046,01	R\$ 48.128.667,79
Benefícios Concedidos	R\$ 19.662.118,12	R\$ 10.573.040,48	R\$ 10.036.673,80
Benefícios a Conceder	R\$ 294.628.245,58	R\$ 46.285.005,53	R\$ 38.091.993,99
Comprev	R\$ 29.013.307,45	R\$ 7.689.819,01	R\$ 6.871.558,59
Resultado Atuarial	-R\$ 246.565.381,37	-R\$ 10.456.552,13	-R\$ 2.545.434,33
Aumento/Redução do Déficit	2258,00%	0,00%	-75,66%

13. PARECER ATUARIAL

A Avaliação Atuarial do Plano de Benefício, relativa ao **exercício de 2021**, foi realizada com base em dados dos Participantes Ativos, Inativos, respectivos dependentes e Pensionistas, posicionada em **31/12/2020**.

Tais informações nos foram repassadas pelo Regime aos representantes desta empresa, sendo sua veracidade de exclusiva responsabilidade do Instituto. Não obstante, aplicamos testes visando a simples detecção de casos incomuns, os quais indicaram serem suficientes para a realização dos estudos atuariais.

Sendo assim, consideramos que a base de dados foi suficiente para apuração dos resultados. Entretanto, foi necessário utilizar de premissas para apurar o grupo familiar e o tempo de RGPS. Estas informações são suficientes para impactar as provisões matemáticas. Todavia, consideramos que neste caso o impacto foi pequeno, visto que tentamos maternos os mesmos critérios da avaliação atuarial do exercício anterior.

A meta atuarial estabelecida na Política de Investimentos para o **ano de 2020** é composta pelo índice de inflação **IPCA** conjugada com a taxa de juros de **5,87%**. Sendo assim a meta atuarial para o ano de **2020**, estabelecida na Política de Investimentos foi de **10,65%**, a rentabilidade anual auferida pelo plano de benefícios foi de **3,79%**. O IPCA acumulado no período de janeiro a dezembro foi de **4,52%**. Desta forma a meta estabelecida na política de investimentos para as aplicações dos recursos do RPPS deve seguir os critérios definidos na Portaria N° 17, de 20 de maio de 2019.

Para determinação dos resultados da Avaliação Atuarial do **exercício de 2021** foram considerados os regimes, métodos e hipóteses atuariais descritos nesta Nota Técnica Atuarial, em observância às determinações da Portaria n° 464, de 19 de novembro de 2018 e da Portaria n° 563, de 26 de dezembro de 2014.

Verificamos ainda a necessidade de manutenção dos processos da compensação previdenciária, uma vez que o recurso é imprescindível para o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime.

Em relação aos regimes financeiros foi utilizado o Regime de Capitais de Cobertura para obtenção das taxas de custeio do benefício de invalidez, morte de futuros inválidos e pensão por morte de ativos. Devido às características técnicas do Regime de Capitais de Cobertura um menor passivo atuarial é apresentado, porém tem que ser dado um acompanhamento especial ao custeio de benefícios considerado por este Regime, pois ele é sensível a alterações da massa e das tábuas de mortalidade e entrada em invalidez.

Para as aposentadorias normais e pensão por morte de aposentado foi utilizado o Regime de Capitalização, Método Crédito Unitário Projetado (PUC).

As informações contábeis (Ativo Total, Exigíveis Operacional e Contingencial), foi utilizado para a determinação do Resultado financeiro-atuarial do Plano, foram extraídas do layout de **31/12/2020** e do DAIR de dezembro, sendo ele produzido pelo Instituto.


A contribuição normal do plano calculada foi de uma alíquota de **12,00%** para contribuição do Ente sobre a folha de ativos. A taxa de administração aplicada foi de **2,00%** **sobre a folha de ativos, aposentados e pensionistas**. No tocante a contribuição normal do plano calculada foi de uma alíquota

de **14,00%**. Recomendamos que o RPPS atualize a Lei Municipal para que seja cumprindo o que esta sendo disposto no 15º da Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008 e Portaria SEPRT/ME nº 19.451, de 18 de agosto de 2020.

O Ativo Líquido apresentado em **31/12/2020** por este instituto possui um montante no valor de **R\$ 38.711.674,87**. As Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios Concedidos – RMBC, fixadas, com base nas informações individuais dos servidores aposentados e Pensionistas, são determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros. Assim, as **RMBC** perfaziam na data de **31/12/2020** o montante de **R\$ 10.573.040,48** e enquanto as Provisões (Reservas) Matemáticas de Benefícios a Conceder – **RMBaC** foram avaliadas em **R\$ 46.285.005,53**. Sendo assim o resultado atuarial culmina em um déficit no valor de **R\$ 10.456.552,13**.

A partir desses Resultados, são indicadas nesta Avaliação Atuarial que sejam tomadas as imediatas providencias indicadas para equilibrar o Plano de Custeio.

São Paulo - SP, 05 de março de 2021


Thiago Matheus da Costa
Atuário – MIBA 2.178

14. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O quadro abaixo demonstra a forma de como esta sendo distribuída a carteira de investimentos deste Instituto de Previdência, conforme enquadramento como prevê legislação em vigor.

PRODUTO / FUNDO	SALDO	PARTICIP. S/TOTAL	QUANT. COTISTAS	% / PL DO FUNDO	RESOLUÇÃO
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	5.673.942,72	14,66%	743	0,23%	Art. 7º, IV, a
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	5.635.950,93	14,56%	922	0,07%	Art. 7º, I, b
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.374.418,57	16,47%	272	0,46%	Art. 7º, IV, a
BB IMA-GERAL EX-C TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	5.337.339,49	13,79%	134	0,94%	Art. 7º, I, b
BB IRF-M 1 TP FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3.227.347,61	8,34%	1.225	0,04%	Art. 7º, I, b
BB IRF-M TP FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.661.330,01	6,88%	701	0,03%	Art. 7º, I, b
CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP	794.313,47	2,05%	641	0,02%	Art. 7º, IV, a
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP FI RENDA FIXA LP	850.102,78	2,20%	1.005	0,01%	Art. 7º, I, b
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	4.892.011,12	12,64%	899	0,08%	Art. 7º, I, b
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.220.066,97	8,32%	1.361	0,02%	Art. 7º, I, b
CAIXA PRÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	28.640,34	0,07%	15.442	0,00%	Art. 7º, IV, a
TOTAL	38.695.464,01				

15. CONSOLIDADO POR GESTOR

Com o objetivo de dar sergurança quanto a instuição bancária o qual resta depositado os recursos financeiros deste Instituto de Previdências, os mesmos somente são aplicados em Instituições Publicas Federais, sendo estas Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

GESTÃO	VALOR	% S/ CARTEIRA	% S/ PL GESTÃO
Caixa Econômica Federal	9.785.134,68	25,29%	0,01%
BB Gestão de Recursos DTVM	28.910.329,33	74,71%	0,07%
Total da Carteira	38.695.464,01	100,00%	

16. RETORNO POR SEGMENTO

Todas nossas aplicações são aplicadas exclusivamente no seguimento de Renda Fixa, justamente por ser o tipo de seguimento de acordo com o perfil “Conservador” dessa Autarquia. Além disto, este tipo de aplicação possui maior margem de segurança em relação aos Fundos de Renda Variável.

SEGMENTO	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO (\$)	RETORNO (%)
Renda Fixa	37.544.783,54	572.678,89	228.705,78	38.695.464,01	806.707,36	2,12%

ATIVOS RENDA FIXA	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO (\$)	RETORNO (%)
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	5.324.325,90	572.678,89	228.705,78	5.673.942,72	5.643,71	0,10%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	5.551.259,38	0,00	0,00	5.635.950,93	84.691,55	1,53%
BB IMA-B FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.082.057,74	0,00	0,00	6.374.418,57	292.360,83	4,81%
BB IMA-GERAL EX-C TP FI RF PREVIDENCIÁRIO	5.226.369,85	0,00	0,00	5.337.339,49	110.969,64	2,12%
BB IRF-M 1 TP FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3.217.279,32	0,00	0,00	3.227.347,61	10.068,29	0,31%
BB IRF-M TP FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.610.057,25	0,00	0,00	2.661.330,01	51.272,76	1,96%

CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP	791.442,88	0,00	0,00	794.313,47	2.870,59	0,36%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TP FI RENDA FIXA LP	836.281,86	0,00	0,00	850.102,78	13.820,92	1,65%
CAIXA BRASIL IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	4.666.148,55	0,00	0,00	4.892.011,12	225.862,57	4,84%
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	3.210.924,42	0,00	0,00	3.220.066,97	9.142,55	0,28%
CAIXA PRÁTICO FIC RENDA FIXA CURTO PRAZO	28.636,39	0,00	0,00	28.640,34	3,95	0,01%

17. DO RESULTADO PERANTE A META ATUARIAL

É notório que o ano de 2020 foi de muitas adversidades com a crise mundial causada pelo novo COVID-19, afetando as economias mundias de todas as formas possíveis, diante disto o cenário econômico para os fundos de investimentos não foram diferentes, por mais que este comitê de investimento no decorrer do ano tenha adotado várias medidas no sentido de alcançar a meta atuarial, isto não foi possível, diante disto, buscou se aplicar uma política que viesse a conservar o capital inicial, pois é deste capital que será assegurada o pagamento de futuras aposentadorias.

De toda sorte, as aplicações conseguiram trazer retornos positivos de 1.290.806,21 (Um milhão duzentos e noventa mil oitocentos e seis reais e vinte e um centavos).

MÊS	SALDO ANTERIOR	APLICAÇÕES	RESGATES	SALDO ATUAL	RETORNO \$	RETORNO %	META	GAP
Janeiro	34.891.479,24	437.699,89	175.156,73	35.279.045,33	125.022,93	0,35%	0,69%	51,48%
Fevereiro	35.279.045,33	301.260,76	96.181,97	35.640.437,41	156.313,29	0,44%	0,73%	60,37%
Março	35.640.437,41	4.161.666,52	3.918.934,60	34.459.211,66	-1.423.957,67	-3,58%	0,55%	-654,29%
Abril	34.459.211,66	309.683,64	109.272,12	34.904.520,09	244.896,91	0,70%	0,17%	426,86%
Mai	34.904.520,09	1.624.033,13	1.415.449,95	35.497.939,69	384.836,42	1,05%	0,09%	1.112,57%
Junho	35.497.939,69	303.613,06	112.572,30	36.059.237,79	370.257,34	1,03%	0,74%	140,19%
Julho	36.059.237,79	326.079,56	122.479,13	36.907.587,46	644.749,24	1,77%	0,84%	211,42%
Agosto	36.907.587,46	300.240,91	114.687,02	36.891.009,37	-202.131,98	-0,54%	0,72%	-75,70%
Setembro	36.891.009,37	292.731,02	120.091,38	36.851.424,17	-212.224,84	-0,57%	1,12%	-50,98%
Outubro	36.851.424,17	327.210,66	127.417,77	37.094.627,66	43.410,60	0,12%	1,34%	8,71%
Novembro	37.094.627,66	311.718,95	214.489,68	37.544.783,54	352.926,61	0,94%	1,37%	68,83%
Dezembro	37.544.783,54	572.678,89	228.705,78	38.695.464,01	806.707,36	2,12%	1,83%	115,46%
Acumulado no Ano					1.290.806,21	3,79%	10,65%	35,55%

18. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP é o documento fornecido pela Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPS, do Ministério da Previdência Social – MPS, que atesta que o RPPS cumpre os critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, ou seja, certifica que o ente cumpre a legislação que trata da matéria.

É um certificado necessário para o correto funcionamento do Município, pois é exigido para situações como realização de transferências voluntárias de recursos pela União, celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, concessão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais e repasse de valores devidos em razão da compensação financeira.

19. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NA LDO/2020

DENOMINAÇÃO DA AÇÃO	REALIZADAS	JUSTIFICATIVA
Manutenção das atividades - IMPES	12 meses	Cumprida
Manutenção das Atividades Previdenciárias	12 meses	Cumprida
Reserva de Contingência	-	Não foi Utilizado

20. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FIXADAS NO PPA PARA OS EXERCÍCIOS 2018/2021 - ¼ PARA O EXERCÍCIO DE 2020:

DENOMINAÇÃO DO PROGRAMA	INDICADOR	JUSTIFICATIVA
Processo e Gestão do IMPES	Grau de Satisfação do Servidor o Objetivo era Atingir no Mínimo um Percentual de 17.5%	No decorrer do Exercício foi disponibilizada pesquisa Pesquisa com Servidores no site do IMPES.
Previdência Social dos Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas Municipal.	Objetivo era Diminuir no Mínimo 03 (três) Licença para Saúde Superior a 30 dias	Meta não Atingida, Mediante a Demanda de Servidores com Problemas de Saúde.
Reserva de Contingência - IMPES	48 meses	Não Foi Utilizado

Informações sobre as metas relacionadas ao Programa do IMPES, estão sendo providenciado ajuste na gestão, para estar diminuindo as licenças saúde.

Quanto o Grau de Satisfação dos servidores, este Instituto esta tomando as devidas providencia no intuito de elaborar pesquisas entre os servidores ativos e inativos, assim dando sugestões. Conforme determinações e recomendações do TCE-RO

21. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades administrativas rotineiras (protocolo, arquivo, patrimônio, almoxarifado, folha de pagamento, compras e licitações, recursos humanos, jurídico, contabilidade, investimentos, etc.) e previdenciárias (simulação de aposentadorias, concessão de benefícios, etc.), o IMPES realizou as seguintes atividades:

Reunião Etinerante nos órgãos Municipais com Servidores;

Reunião com Conselho Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos;

Reunião com Assessoria de Investimentos;

Reunião com Assessoria Financeira;

Capacitação dos servidores da autarquia em cursos oferecidos pelos parceiros;

Obra de Construção da sede própria do IMPES;

Manutenção da regularidade do Certificado de Regularidade Previdência
– CRP

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o ano atípico de 2020, devido a diversas situações, principalmente a pandemica pelo covid 19 e seus reflexos na economia, o IMPES desenvolveu suas atividades dentro do esperado.



Maiores detalhes podem ser encontrados no site do IMPES.
<http://previdencia.saofrancisco.ro.gov.br/>

São Francisco do Guaporé – RO, 14 de Março de 2021.

ROSILENI CORRENTE PACHECO

Superintendente do IMPES

23. RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco do Guaporé
Publicado por Rosi Pacheco
12 de dezembro de 2020 às 21:56

No dia 25.11.2020 estivemos reunidos na Câmara Municipal com os Vereadores da Comissão de análise de Projetos de Lei e a Dra Fabricia, juntamente com o assessor previdenciário Anderson Coelho pra tratar de Projetos de Lei de interesses do IMPES encaminhados pelo Executivo.



IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco do Guaporé está em Faculdade Uniron - Pvh Shopping.
Publicado por Rosi Pacheco
13 de fevereiro de 2020 às 17:26 - Porto Velho, Rondônia

Curso de Capacitação Previdenciária.
Entendendo a Reforma da Previdência
Emenda constitucional 103/2019.
IMPES presente!
Buscando melhoria nos serviços prestados aos nossos servidores!

VII CURSO DE CAPACITAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENTENDENDO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA EC 103/2019

IMPES

Msc. ANDRÉ OLIVEIRA

FACULDADE UNIRON
Porto Velho, RO
(Porto Velho Shopping)
55 69 3536-8757 / 9 8476-6955

IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco do Guaporé e Gessiane Souza

IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco do Guaporé
Publicado por Rosi Pacheco
20 de fevereiro de 2020 às 15:59 · 🌐

A AROM Escola Municipalista promove Seminário Peças orçamentárias e as regras de ouro visando promover orientações a LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-LDO E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL-LOA, do programa CNM Qualifica.



IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco do Guaporé e Flavia Quintão de Faria

Curtir

Comentar

Compartilhar

IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco do Guaporé
Publicado por Rosi Pacheco
17 de março de 2020 às 21:54 · 🌐

Aproveitando a visita mensal do Assessor previdenciário Anderson Coelho da Eficaz Assessoria, nos reunimos com os servidores efetivos da Secretaria de Ação Social - SEMTAS, para levar informações e esclarecer dúvidas dos servidores efetivos, buscando promover o programa IMPES Itinerante. Excelente aproveitamento! Obrigada a equipe da Ação Social.
O IMPES está sempre a disposição para atender a todos os nossos servidores com carinho!



IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco



IMPES - Instituto de Previdência de São

Francisco do Guaporé

Publicado por Rosi Pacheco

12 de maio de 2020 às 16:06 · 🌐



Reunião do Comitê de Investimentos do IMPES. Buscando as melhores estratégias de realocações dos recursos financeiros do IMPES, em meio a instabilidade do mercado financeiro atual.



IMPES - Instituto de Previdência de São

Francisco do Guaporé

Publicado por Rosi Pacheco

27 de julho de 2020 às 20:48 · 🌐



Reunião com os Conselhos Deliberativo e Fiscal e Comitê de investimentos com a presença do assessor previdenciário Anderson Coelho e do Douglas Bulian da CCPREV assessoria de investimentos, apresentando aos membros o resultado do cálculo atuarial, os resultados do semestre dos investimentos financeiros do IMPES e apresentação pela Superintendente do IMPES, Rosilene Pacheco do andamento dos processos do IMPES. Nosso agradecimento a diretora da Escola Ronaldo Aragão, Senhora Rute, que nos disponibilizou as dependências da escola, para que pudéssemos realizar a reunião respeitando as exigências de afastamento, conforme determina o Ministério da Saúde.





IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco do Guaporé

Publicado por Rosi Pacheco

12 de dezembro de 2020 às 21:30 · 🌐



Reunião com o Conselho Fiscal no final da tarde do dia 12.12.2020, tratando dos interesses do IMPES.



IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco do Guaporé

Publicado por Rosi Pacheco

12 de dezembro de 2020 às 21:45 · 🌐



Estiveram reunidos os Conselhos Deliberativo e Fiscal, Comitê de investimentos, Superintendente e Diretor financeiro do IMPES, juntamente com o assessor de investimentos, Douglas Bulian no dia 16.11.2020 na sede do Centro Cultural para apresentação da Política Anual de Investimentos, Plano de Ação, Planejamento Estratégico ref. próximo exercício, relatório trimestral de investimentos e demais deliberações de interesse do IMPES.





IMPES - Instituto de Previdência de São Francisco do Guaporé



Publicado por Rosi Pacheco

21 de dezembro de 2020 às 12:01 · 🌐

Andamento da construção da sede própria do IMPES !

